

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS PASSOS
GABINETE DO PREFEITO

PROJETO DE LEI nº 12/87

Derroga as Leis Municipais nºs. 1709/66 e 2055/69. -CRIA O CONSELHO COMUNITÁRIO DO MUNICIPIO DE TRÊS PASSOS

Waldirio Pedrali, Prefeito Municipal de Três Passos, Es tado do Rio Grande do Sul; Faço Saber, em cumprimento ao dispos to no Artigo 57, Inciso III, da Lei Orgânica do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei.

Art. 1º - É criado o CONSELHO COMUNITÁRIO DO MUNICIPIO DE TRÊS PASSOS, que se regerá por esta lei e por seu Regimento' Interno.

DA FINALIDADE

Art. 2º - O órgão é um veículo de participação dos - segmentos sociais organizados existentes no Município, visando, primordialmente, definir os objetivos permanentes de Três Passos, promover o planejamento do desenvolvimento integrado da população; exemplifica-se sua atuação nas áreas da educação, da saúde, cultural, esportiva, industrial, comercial, agro-pasto-iril, das relações de emprego, dos direitos e garantias da cidadania, da postulação e assessoramento nos empreendimentos administrativos e comunitários.

DA COMPOSIÇÃO

Art. 3º - Será composto o CCMTP por:

a)- dez (10) conselheiros da livre escolha do - Prefeito Municipal, nomeados por ato administrativo até o dia 10 de janeiro de cada ano; em caso de vaga no curso do mandato, outrem será nomeado;

b)- por um (1) representante titular e um (1) su plente de cada entidade de classe existente no Município, designados também até o dia 10 de janeiro de cada ano;

c)- O Prefeito Municipal, o Vice-Prefeito e o - Presidente da Câmara Municipal de Vereadores são membros natos do Conselho Comunitário.

§ Único - O Conselho Comunitário será renovado anual- mente, marcando-se a posse para até o dia 20 de janeiro de cada ano.





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS PASSOS GABINETE DO PREFEITO

PROJETO DE LEI nº12/87

fls. 2

Art. 4º - O CCMTP poderá instalar Conselhos Distri- tais, nos moldes idênticos e a ele subordinados, renováveis - anualmente, constituídos de, no mínimo nove (9) conselheiros titulares e três (3) suplentes, nomeados pelo Prefeito Munici pal, por indicação nominal do Conselho Comunitário.

Art. 5º - O CCMTP instituirá Comissões, presididas - por um (1) conselheiro, e constituídas por, no mínimo cinco - (5) membros, escolhidos pelo presidente da comissão, que podem ser recrutados fora dos quadros do Conselho Comunitário. Cada Comissão terá um relator.

DA ORGANIZAÇÃO E DIREÇÃO

Art. 6º - São órgãos do Conselho Comunitário:

a) - a Assembléia Geral;

b)- a Diretoria;

c)- as Comissões.

Art. 7º - A Assembléia Geral, órgão máximo do Conselho Comunitário, é constituída pelos conselheiros, titulares e suplentes, pelos conselhos distritais e pelos conseléheiros natos.

§ Único - Nas deliberações, terão direito a voto os conselheiros titulares, os conselheiros natos e os presidentes em exercício dos conselhos distritais. É vedado o voto - por procuração.

Art. 8º - A Diretoria é constituída por um (1) presidente, um (1) vice-presidente, um (1) secretário geral e por três (3) vogais.

§ Único - O Prefeito Municipal porá à disposição do Conselho Comunitário, na medida da necessidade, um (1) secretário executivo.

Art. 9º - Cada Comissão será constituída por, no mínimo cinco (5) membros, podendo seus integrantes ser recrutados fora Mos quadros do Conselho Comunitário; será presidida por um conselheiro titular ou suplente, e terá um secretário e um relator.







ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS PASSOS -GABINETE DO PREFEITO

PROJETO DE LEI nº 12/87

fls.3

DA ASSEMBLÉIA GERAL

Art.10º - A Assembléia Geral reunir-se-á ordinariamen te nos meses de janeiro, março, maio, julho, setembro e dezembro, com dia, hora e local previamente designados, com pauta estabelecida e comunicada aos conselheiros.

Art.llº - A Assembléia Geral poderá ser convocada extraordinariamente pela diretoria, pelo Prefeito Municipal, por solicitação, fundamentada e escrita, de cinco(5) conselhei

Art.12º - A Assembléia Geral funcionará com qualquer

Art.13º - A Assembléia Geral será presidida pelo presidente do Conselho Comunitário e, sucessivamente, pelo vice, número. pelo secretário geral, ou por um dos vogais.

Art.14º - A Assembléia Geral do mês de janeiro realizará, como pauta prioritária, a eleição da diretoria do Conselho Comunitário. A do mês de dezembro, o relatório anual das atividades.

Art.15º - São atribuições da Assembléia Geral, outras:

a) - instituir ou modificar o Regimento Interno;

b)- eleger e dar posse à diretoria;

c)- destituir a diretoria por voto de descon- ' fiança;

d)- aprovar plano de trabalho anual ou setorial e deliberar sobre relatórios anuais ou seto

riais; e)- instituir comissões permanentes ou temporárias, deliberar sobre planos e relatórios dessas comissões;

f)- referendar ou desaprovar medidas urgentes tomadas pela diretoria;

g)- aceitar, discutir e deliberar sobre problemas, digo sobre propostas encaminhadas em plenário, escritas e fundamentadas;

h)- aprovar a ata de suas reuniões.





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS PASSOS -GABINETE DO PREFEITO

PROJETO DE LEI nº12/87

fls. 4

DA DIRETORIA

Art.16º - A Diretoria, constituída por um Presidente, um Vice-Presidente, um Secretário Geral e três vogais, será - eleita pela Assembléia Geral ordinária do mês de janeiro; toma rá posse imediatamente perante a mesma Assembléia e exercerá o mandato pelo período de um ano.

Art.17º - Compete à Diretoria:

- a)- dirigir administrativamente o Conselho Comunitário;
- b)- elaborar um plano anual de trabalho, submetendo-o à aprovação da Assembléia Geral, prestar-lhe contas e esclarecimentos a qual quer tempo; bem como o relatório anual;
- c)- supervisionar os trabalhos das comissões ; substituir o presidente e relator, na forma do Art.24 desta lei;
- d)- convocar, por intermédio do Presidente do CCMTP, as assembléias gerais;
- e)- confeccionar lista ampla de cidadãos, para serem escolhidos e nomeados pelo Prefeito -Municipal conselheiros distritais.

Art.18º - Compete ao Presidente:

- a) representar o CCMTP;
- b)- convocar e presidir as Assembléias Gerais;
- c)- presidir as reuniões da Diretoria;
- Art.19º Compete ao Vice-Presidente substituir ao Presidente nos seus impedimentos;
- Art.20º Compete ao Secretário Geral organizar o expediente e secretariar as assembléias gerais.
- Art.21º Os vogais, integrantes da Diretoria, toma-'
 rão parte em suas deliberações, e substitui
 rão os titulares dos outros cargos em seus
 impedimentos.





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS PASSOS -GABINETE DO PREFEITO

PROJETO DE LEI nº 12/87

fls.5

DAS COMISSÕES

Art.22º - As Comissões, temporárias ou permanentes, embora supervisionadas pela Diretoria e sincronizadas com o plano de ação aprovado pela Assembléia Geral, são autônomas em seus trabalhos. Fixarão as suas metas, organizarão o seu plano próprio, estabelecerão metodologia, elaborarão projetos convisubstanciados em propostas ou pareceres, e apresentarão relatório de suas atividades à Diretoria e ao Conselho.

Art.23º - As Comissões reunir-se-ão em sessões de trabalho, tantas vezes quantas forem necessárias, a critério de seu presidente, das quais se lavrará ata.

Art.24º - O presidente e relator de Comissão poderão ser substituídos pela Diretoria, se a Comissão for ineficiente ou delongar as missões que lhe forem cometidas.

DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS.

Art.25º - É honorífico o desempenho da função de conselheiro do CCMTP.

Art.26º - O Regimento Interno do CCMTP será aprovado pela Assembléia Geral e instituído por decreto do Prefeito do Município.

Art.27º - O mandato do primeiro CCMTP se estenderá - até a Assembléia Geral de janeiro de 1988.

Art.28º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente as Leis Municipais nºs. 1709/66 e 2055/69.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TRÊS PASSOS. Em 04 de junho de 1987.-

> Waldirio Pedrali Prefeito Municipal

